

## **ANÁLISE FEMINISTA AOS PROGRAMAS ELEITORAIS: O QUE AS MULHERES DEVEM SABER PARA FAZER UMA ESCOLHA INFORMADA A 6 DE OUTUBRO**

Lisboa, 3 de outubro de 2019



PLATAFORMA PORTUGUESA  
PARA OS DIREITOS  
DAS MULHERES

A 3 dias de escolhermos que partidos queremos eleger para a Assembleia da República Portuguesa para os Direitos das Mulheres apresenta a análise feminista feita aos programas eleitorais.

**Quais os programas portugueses concorrem com programas que defendem os direitos humanos e promovem a igualdade entre mulheres e homens? Que prioridades políticas defendem para 2019-2023? O que a PpDM, única plataforma de organizações promotoras dos direitos humanos das mulheres em Portugal, entende ser prioritário?**

**Em quase todos os programas eleitorais encontramos referências ao que podemos perceber como estando relacionado com a promoção da igualdade entre mulheres e homens, no limite por via do combate à violência doméstica ou à conciliação entre trabalho e vida familiar e pessoal. Porém, essas referências têm diferentes contornos encontrando-se as mais explícitas e incisivas nos partidos considerados de esquerda:**

- CDU, PSD e PS apresentam programas eleitorais que consideram a igualdade entre mulheres e homens como uma questão transversal a todos os domínios de política.
- BE apresenta um programa que preconiza a igualdade entre mulheres e homens em alguns domínios de política.
- O PAN e O Livre têm programas que colocam ao mesmo nível a desigualdade entre mulheres e homens e as desigualdades vividas por várias minorias.
- O Aliança, o CDS e a IL têm programas que se apresentam como neutros em matérias de género e igualdade entre mulheres e homens.
- E, finalmente, o Chega tem um programa hostil a toda e qualquer análise de género.

As **principais propostas dos programas eleitorais** analisados remetem para: o trabalho; a articulação entre a vida profissional, pessoal e familiar; a representação e participação em cargos de tomada de decisão; os direitos sexuais e reprodutivos; a violência contra as mulheres; os orçamentos sensíveis ao género, o combate aos estereótipos de género; e os recursos financeiros para promover a igualdade entre mulheres e homens.

A **PpDM considera ser prioritário**: eliminar a violência masculina contra as mulheres e raparigas; avançar para a implementação de uma economia feminista; aumentar a participação das mulheres na tomada de decisão a par de uma maior consciência feminista das mulheres no poder; apoiar as organizações que promovem os direitos humanos das mulheres; e apostar na educação não sexista.

Mais informação no [Mini Guia Feminista | Eleições legislativas 2019](#).

**Para mais informações:**

Telefone: +351 21 362 60 49

[plataforma@plataformamulheres.org.pt](mailto:plataforma@plataformamulheres.org.pt)

<http://plataformamulheres.org.pt/>

[Ana Sofia Fernandes - 961267927](mailto:Ana.Sofia.Fernandes@plataformamulheres.org.pt)

[Sofia.fernandes@plataformamulheres.org.pt](mailto:Sofia.fernandes@plataformamulheres.org.pt)

Sobre nós: A [Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres](#) (PpDM) foi criada em 2004 e é uma associação independente e sem fins lucrativos cujos membros são Organizações Não Governamentais de Direitos das Mulheres e outras organizações que desenvolvem atividades no âmbito dos Direitos Humanos das Mulheres e da promoção da igualdade entre mulheres e homens.

A Plataforma trabalha para capacitar e mobilizar as organizações portuguesas que trabalham na área da igualdade e para reforçar a sua cooperação com organizações internacionais com objetivos semelhantes. A Plataforma pretende, também, contribuir para o *mainstreaming* da igualdade de género, ou seja, para que a perspetiva de género esteja sempre presente na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

A Plataforma coordena em Portugal as atividades do [Lobby Europeu das Mulheres](#) e da Associação de Mulheres da Europa Meridional (AFEM). A Plataforma é membro da Plataforma da Sociedade Civil Europeia Contra o Tráfico de Seres Humanos e da Fundação das Mulheres do Euro-Mediterrâneo. A Plataforma tem ainda Estatuto Consultivo Especial junto do Conselho Económico e Social das Nações Unidas.

A Plataforma gere o “Centro Maria Alzira Lemos | Casa das Associações”, em Lisboa, um espaço e uma infraestrutura que apoia as organizações ativas no campo dos Direitos das Mulheres e da Igualdade de Género.

A Plataforma é composta, atualmente, por 27 organizações que representam as mulheres na sua diversidade.